

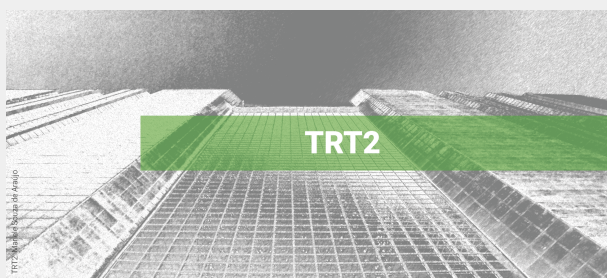
INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 17

Período: 27 de set. a 1º de out. 2021



Ato n. 47/GP, de 21 de setembro de 2021

Define os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 46/GP, de 22 de setembro de 2021

Publica Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Ato n. 48GP, de 23 de setembro de 2021

Constitui Comissão Especial para reavaliação das contas contábeis para migração do Sistema de Controle Patrimonial - SMP para o Sistema de Controle de Material e Patrimônio - SCMP.

Edital de promoção n. 17, de 22 de setembro de 2021. Proad n. 44901/2021

Comunica abertura de concurso de promoção para provimento do cargo de Desembargador do Trabalho.

Emenda Regimental n. 39 [publicada pela Resolução Administrativa n. 5/TP, de 22 de setembro de 2021]

Altera o § 4º, do art. 98 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 49/GP, de 24 de setembro de 2021

Redefine o Programa de Auxílio Farmacêutico aos Inativos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 50/GP, de 27 de setembro de 2021

Dá nova definição ao regulamento do Programa de Assistência Pré-Escolar, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, e dá outras providências.

Ato n. 3/GP.VPA, de 28 de setembro de 2021

Institui o Grupo Técnico de Integridade do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, define suas atribuições e dá outras providências.

Portaria n. 1/GP.VPA, de 28 de setembro de 2021

Designa os membros do Grupo Técnico de Integridade, instituído pelo Ato n. 3/GP.VPA, de 28 de setembro de 2021.

STJ

Súmula n. 650, do Superior Tribunal de Justiça

A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990.

CSJT

Ato n.

64/CSJT.GP.SG.SETIC.

CSAN, de 27 de setembro de 2021

Institui Grupo de Trabalho destinado a revisar as estruturas da base de dados do SIGEP-JT e analisar a viabilidade de unificação da solução com base de dados centralizada.

Presidência da República

Decreto n. 10.818, de 27 de setembro de 2021

Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.

Instrução Normativa n. 90/SGP.SEDGG.ME, de

28 de setembro de 2021

Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC para o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial.

Instrução Normativa n. 91/SGP.SEDGG.ME, de

30 de setembro de 2021

Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal, relacionadas à prorrogação do prazo de atualização cadastral destinada a comprovação de vida de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis, de que trata a Portaria n. 244/2020, e a Instrução Normativa n. 45/2020.

Congresso Nacional

Emenda Constitucional n. 111, de 28 de setembro de 2021

Altera a Constituição Federal para disciplinar a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais, dispor sobre o instituto da fidelidade partidária, alterar a data de posse de Governadores e do

Lei n. 14.206, de 27 de setembro de 2021

Institui o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e); e altera a Lei n. 11.442/2007, a Lei n. 13.703/2018, a Lei n. 10.209/2001, a Lei n. 5.474/1968, a Lei n. 10.833/2003, e a Lei n. 8.935/1994.

CNJ

Portaria Conjunta n.

7/CNJ.CNMP, de 17 de setembro de 2021

Altera o anexo da Portaria Conjunta n. 1/CNJ.CNMP, de 31 de janeiro de 2019, que estabelece a composição do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão.

Resolução n. 422/CNJ, de 28 de setembro de 2021

Altera a Resolução CNJ n. 308/2020, que organiza as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e cria a Comissão Permanente de Auditoria, bem como a Resolução CNJ n. 309/2020, que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria

[Decreto n. 10.810, de 27 de setembro de 2021](#)

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos.

[Decreto n. 10.819, de 27 de setembro de 2021](#)

Regulamenta o disposto na Lei Complementar n. 178, de 13 de janeiro de 2021, e no art. 2º da Lei n. 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Ministério da Economia

[Portaria n. 11.617/SGP.SEDGG.ME.ME, de 27 de setembro de 2021](#)

Estabelece regras para o processamento da folha suplementar dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, e suas despesas decorrentes.

Presidente da República e estabelecer regras transitórias para distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e para o funcionamento dos partidos políticos.

[Lei n. 14.208, de 28 de setembro de 2021](#)

Altera a Lei n. 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei n. 9.504/1997 (Lei das Eleições), para instituir as federações de partidos políticos.

[Lei n. 14.210, de 30 de setembro de 2021](#)

Acrescenta o Capítulo XI-A à Lei n. 9.784/1999, para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da administração pública federal.

Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud e dá outras providências.

[Resolução n. 420/CNJ, de 29 de setembro de 2021](#)

Dispõe sobre a adoção do processo eletrônico e o planejamento nacional da conversão e digitalização do acervo processual físico remanescente dos órgãos do Poder Judiciário.

[Portaria n. 240/CNJ, de 29 de setembro de 2021](#)

Altera a Portaria CNJ n. 209/ 2021, que instituiu o Grupo de Trabalho destinado à realização de estudos e elaboração de proposta de regulamentação de diretrizes e procedimentos para o reconhecimento pessoal em processos criminais e a sua aplicação no âmbito do Poder Judiciário, com vistas a evitar condenação de pessoas inocentes.

Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal

JurisConsolidada